

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS –
CTIL
ATA DA 84ª REUNIÃO**

Data: 16 de maio de 2006 (9h50 às 17h00).

Local: Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília-DF.

PARTICIPANTES:

- Ministério do Meio Ambiente – SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
- Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: Rogério de Abreu Menescal (rmenescal@ana.gov.br)
- Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Ademar Passos Veiga (veiga@ana.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia: Marina Gutierrez Brandão Scalon (marina.scalon@mme.gov.br)
- Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Marcelo Roberto Rocha de Carvalho (marcarv@furnas.gov.br)
- Indústrias: (ausência)
- Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com)
- Comitês: Marcus Vinicius Lopes da Silva (cbhmogi@siteplanet.com.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: (ausência)
- Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ipanemasede@yahoo.com.br) (ninonmachado@terra.com.br)
- Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: Anna Virgínia Muniz Machado (annavirginia.abes@gmail.com)

CONVIDADOS:

- Ana Cristina Monteiro Mascarenhas – CERH-BA (crismascarenhas@semarh.ba.gov.br)
- Aureliano César Martins Silva – SRH/MMA (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br)
- Christinne Pereira Brasil – Min. da Integração Nacional (chrispb79@yahoo.com.br)
- Donizete José Tokarski – CONÁGUA Alto Tocantins (donizete@ecodata.org.br)
- Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH/MMA (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)
- Gerson Ricardo Narciso – Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão (gerson.narcizo@planejamento.gov.br)
- Gustavo Trindade – CONJUR/MMA (gustavo.trindade@mma.gov.br)
- Jessé Cláudio de Lima Costa - CERH-SE-PI (srh-depc@seplantec.se.gov.br)
- Maria Aparecida Pimentel Vargas – CEIVAP (vargasma@terra.com.br)
- Maria Cristina Yuan – IBS/CNI (crisyuan@ibs.org.br)
- Maria Luiza Wernneck – CNI (mwernwck@cni.org.br)
- Maria Zita Timbó Araújo – Comitês (CBH-RMF) (maria.zita@dnocs.gov.br)
- Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos – ANA (mauricio.lopes@ana.gov.br)
- Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@uaigiga.com.br)
- Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br)
- Rodrigo Fraga Massad – Ministério das Cidades (rodrigo.massad@cidades.gov.br)
- Rodrigo Laborne Mattioli – SRH/MMA (rodrigo.mattioli@mma.gov.br)
- Suelen Varela Ferreira – Elabore Consultoria (suelen.ferreira@elabore.com.br)
- Thereza Christina da Silva Pereira Castro – FONASC-CBH (opsa@yahoo.com.br)
- Wilde Cardoso Gontijo Jr. – ANA (wilde@ana.gov.br)

RELATORIA:

- Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – SRH/MMA (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezesseis de maio de 2006, no miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília/DF, iniciou-se a 84ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTEL, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTEL, declarou abertos os trabalhos e desejou boas vindas a todos. Destacou a realização da 15ª Reunião Ordinária do CNRH em 2 de junho próximo, cuja análise dos seus itens 2.1 a 2.4 de pauta estaria agendada para esta reunião. Nos **Informes**, a Sra. Cristina Yuan (Indústria) indicou que considerava esta reunião da CTEL o momento mais adequado para externar sua visão sobre os acontecimentos mais recentes no âmbito do CNRH. Iniciou apontando que, considerando as presenças nesta reunião, ela estaria

ocorrendo sob a composição antiga do CNRH, anterior às assembleias eletivas realizadas em abril pp. Destacou também a estranheza causada pela publicação da Portaria nº 35, de 2006, (**Anexo II**), que não teria contemplado a indicação dos representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – CERHs no CNRH. Disse que, para o segmento da indústria, por ela representado neste CNRH, essa ausência seria inconcebível. Indicou ainda que, dessa forma, a representação do Governo Federal no CNRH seria superior ao limite estabelecido na Lei nº 9.433, de 1997, de 50% mais um dos seus membros. Em complementação, a Sra. Patrícia Boson (Indústria) disse que não fora encaminhado questionamento a cada novo Conselheiro dos segmentos dos usuários e da sociedade civil sobre a representação nas Câmaras Técnicas do CNRH e que, portanto, todos nesta reunião careceriam de legitimidade. Além disso, prosseguiu, não teria ocorrido até este momento a posse desses novos Conselheiros, que faria parte da ordem do dia da 15ª Reunião Ordinária, prevista para o próximo 2 de junho. Em argumentação, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que as Câmaras Técnicas do CNRH seriam compostas pelos seus segmentos integrantes, cabendo a cada conselheiro, de acordo com o Regimento Interno, indicar e modificar os respectivos representantes, o que poderia ter sido providenciado por eles, caso julgado necessário, após o recebimento de convite para a reunião. Quanto à posse dos novos Conselheiros, prevista na ordem do dia da 15ª Reunião Ordinária, alertou que o Regimento não previa a atual situação, sendo a Portaria nº 35, de 2006, considerada como o ato legal de indicação. Disse ainda que, uma vez em vigor o Decreto nº 4.613, de 2003, o CNRH permanecia com as mesmas composição e proporcionalidade, assim como com a garantia das vagas de cada segmento, não sendo pertinentes, portanto, as premissas levantadas. Ressaltou que não se poderia obstaculizar o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, considerando a importância dos temas a serem discutidos nesta reunião da CTIL e deliberados na 15ª Ordinária, exemplificando com os pertinentes ao CEIVAP. Portanto, sob esse entendimento, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) apontou a necessidade da manutenção da operacionalidade do CNRH. Prosseguiu enaltecendo o espírito de apoio ao SINGREH da decisão tomada na Assembleia dos CERHs, de aguardo da nova composição do CNRH conforme a Moção nº 36, de 2006, mas apontou que a pretendida publicação do Decreto de alteração não resolveria por si só a questão, considerando-se que caberia à Secretaria Executiva, para o caso dos segmentos dos usuários e da sociedade civil, tomar providências para a efetivação de novas assembleias eletivas, o que demandaria aproximadamente de 60 dias. Por oportuno, o Sr. Jessé Costa (CERH-SE) fez um relato sobre a assembleia dos CERHs, realizada no último dia 26 de abril, e solicitou a distribuição aos presentes de cópias tanto da sua Ata (**Anexo III**) quanto do Comunicado produzido (**Anexo IV**), o que foi providenciado. Disse que a intenção do posicionamento tomado pelo não encaminhamento das indicações dos representantes dos CERHs no aguardo do Decreto de ampliação da composição do CNRH teria sido, todo o tempo, pelo apoio à Moção CNRH nº 36, de 2006, ao próprio MMA e ao SINGREH, não configurando-se em um ato de radicalismo. Opinou que a necessidade de realização de novas assembleias eletivas não se constituiria num impeditivo para a publicação do Decreto de ampliação do CNRH. Salientou que, por ocasião da mesma Assembleia, fora unanimidade a indicação de representantes para um total de 14 vagas, estando explícita a motivação maior de apoio às ações da Sra. Ministra Marina Silva, enquanto Presidente do CNRH. A Sra. Ninon Machado (ONGs) disse que a indicação de novos representantes para as Câmaras Técnicas do CNRH diria respeito a cada um dos segmentos. Afirmou que deveria ser identificado na Presidência da República o servidor ou servidores públicos, seu nome, identidade e CPF, que não teria(m) dado seguimento à decisão do CNRH – que é um Conselho de Estado, na pendência de ato privativo do Presidente da República, o Decreto que aprovaria a alteração da composição do CNRH. Lembrou que todos estariam submissos às normas constitucionais e legais e, no caso presente, competiria à Administração Federal o cumprimento da decisão do CNRH. Disse ainda que, no caso deste Conselho de Estado, a União é um dos participantes e esteve presente em todo o processo que teria dado origem à Moção para alteração da composição do CNRH. Pelo fato, disse, não haveria para a Presidência da República outra ação que não editar o

Decreto, e no prazo que a Lei determina, em 30 dias (Lei nº 8112, de 1990, e outras); caso não o faça, teria que justificar fundamentando essa não ação. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) lembrou que a nova composição do CNRH fora obtida a partir de uma proposta vinda do próprio Governo, tendo sido inclusive destacado o momento oportuno. Com a não publicação do Decreto, opinou, deveria ter sido providenciada uma comunicação formal aos Conselheiros, com as devidas justificativas. Questionou se a Portaria nº 35, de 2006, teria sido então essa resposta formal. Referindo-se à composição das Câmaras Técnicas, disse que seria importante um questionamento formal aos novos Conselheiros sobre a participação dos respectivos segmentos. Expôs seu entendimento que, sem a participação dos CERHs, o CNRH e o próprio SINGREH não se encontrariam em condições operacionais de funcionamento. Portanto, concluiu, esta reunião não se constituiria em uma reunião formal da CTIL, não sendo possível tanto neste dia de hoje quanto em 2 de junho, por ocasião da 15ª Ordinária, referendar-se qualquer decisão no âmbito do CNRH. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) ressaltou que o art. 21, XIX, da Constituição Federal de 1998, determinou à União a instituição de um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Em razão disso, prosseguiu, foi editada a Lei nº 9.433, de 1997, que previu a criação de um Conselho de Recursos Hídricos de âmbito nacional e que determinou que a gestão fosse feita por bacia hidrográfica, ou seja, em território onde estão situados diferentes entes da Federação e, muitas vezes, até países. Por isso, disse, esta Lei estipulou, no art. 34, que o CNRH deveria ser integrado pelos representantes dos CERHs e, no seu parágrafo único, que os representantes do Poder Executivo Federal não poderiam exceder à metade mais um do total dos membros do CNRH. Destacou que seria patente que essas exigências legais não estariam sendo atendidas na situação atual, imprescindível para atendimento aos princípios do SINGREH, de gestão integrada e participativa. Concluiu apontando a falta de legitimidade da Portaria nº 35, de 2006, que estaria atuando descaracterizando o Sistema instituído pela Lei nº 9.433, de 1997. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) ratificou que a composição atual do CNRH estaria definida pelo Decreto nº 4.613, de 2003, cabendo à Portaria nº 35, de 2006, a indicação dos representantes para tais funções, segundo as assembleias eletivas de cada segmento, o que não teria ocorrido para os CERHs. Disse que as deliberações em forma de moções, de uma forma geral, teriam limitações por constituírem-se sempre em indicações colocadas para discernimento de decisões superiores. Lembrou que o encaminhamento pelos CERHs dos seus representantes para ocupar as dez vagas previstas no Decreto nº 4.613, de 2003, permitiria a publicação de Portaria complementando as indicações. A Sra. Ninon Machado (ONGs) lembrou que na reunião anterior desta CTIL houvera a indicação, pelo Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), de que ocorreria a publicação do Decreto, como mencionado anteriormente. Portanto, disse, considerando a não publicação, caberia o encaminhamento de uma justificativa ao CNRH. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) salientou que os debates empreendidos nesta reunião estariam se dando em defesa do fortalecimento do SINGREH e, em especial, da SRH/MMA. Disse que o fato da não publicação do Decreto de ampliação do CNRH e até mesmo o evento da publicação da Portaria nº 35, de 2006, careciam de comunicação aos Conselheiros, um pronunciamento formal cuja ausência seria injustificável. Ratificou a necessidade de uma consulta formal aos novos Conselheiros sobre a indicação de representantes nas Câmaras Técnicas. Disse que, em seu entendimento, todos os segmentos dos usuários e da sociedade civil no CNRH deveriam ter adotado em suas assembleias eletivas a mesma decisão dos CERHs. Concluiu destacando que, com a não indicação dos representantes dos CERHs, o SINGREH carecia de legitimidade e o CNRH, de respaldo político. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) opinou que o funcionamento do SINGREH, não o operacional ou burocrático, mas no sentido mais amplo da palavra, se daria com a participação de todos os seus integrantes. Requereu então registro do seguinte questionamento, com solicitação de resposta formal: os representantes dos segmentos nas Câmaras Técnicas do CNRH poderiam cumprir um mandato que iria além do mandato dos próprios representados, no caso os Conselheiros? A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) disse que a Portaria publicada deveria atender ao estabelecido pelo Decreto nº 4.613, de 2003, e que, ao não fazê-lo, estaria contrariando a Lei, já que o Decreto atenderia à lei. Observou

167 também que, ainda que legítima a Portaria – o que se admite apenas para argumentar, a
168 investidura do encargo de Conselheiro do CNRH careceria do ato de posse. A Sra. Maria Zita
169 Timbó (Comitês) solicitou registro da sua concordância com as manifestações sobre a
170 necessidade de novas indicações de representantes nas Câmaras Técnicas, destacando a sua
171 condição de Conselheira recém-eleita. A Sra. Thereza Cristina Castro (ONGs) solicitou
172 registro da sua concordância com o exposto, indicando também a sua condição de Conselheira
173 recém-eleita. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) destacou que os atuais Conselheiros
174 do CNRH teriam recebido os convites tanto para esta quanto para as demais reuniões
175 agendadas de Câmaras Técnicas, como demonstraria a presença, nesta reunião, das
176 conselheiras recém indicadas. Pelo fato, prosseguiu, os conselheiros poderiam ter se
177 manifestado sobre possíveis alterações de representação. Reiterou que a participação nas
178 Câmaras Técnicas seria exercida pelos segmentos. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios),
179 considerando os pontos de vista e argumentações apresentados, propôs a suspensão desta
180 reunião no aguardo de uma manifestação formal de Governo sobre as consequências das
181 solicitações contidas na Moção CNRH nº 36, de 2006. O Sr. Ademar Veiga (ANA) opinou
182 que a questão em debate diria respeito à legalidade dos atos praticados, que teriam sido
183 respaldados pela CONJUR/MMA. O Sr. Byron Costa (Min. Justiça), pelo fato exposto,
184 manifestou seu entendimento pela necessidade de manifestação prévia da CONJUR/MMA
185 sobre o tema. Com a chegada do Sr. Gustavo Trindade, Consultor chefe da CONJUR/MMA,
186 o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) itemizou os questionamentos até então levantados:
187 a Portaria nº 35, de 2006, teria alterado a composição do CNRH?; haveria a carência de um
188 ato de posse para legitimar as ações dos novos conselheiros?; os representantes nas Câmaras
189 Técnicas do CNRH deveriam ter sido indicados ou ratificados pelos novos conselheiros?. Em
190 complementação, a Sra. Ninon Machado (ONGs) lembrou a condição da Moção CNRH nº 36,
191 de 2006, como um ato provocado pelo próprio Governo e aprovado por este Conselho de
192 Estado. Portanto, disse, deveria haver uma explicação sobre a não publicação do Decreto de
193 alteração da composição do CNRH. Também em complementação, a Sra. Patrícia Boson
194 (Indústria) disse que a posse dos novos conselheiros se constituía em um ato de investidura;
195 solicitou, portanto, uma análise do seu significado. Ressaltou ainda que não fora feita consulta
196 formal aos novos conselheiros comunicando a participação nas Câmaras e solicitando
197 indicação de representantes. Com a palavra, o Sr. Gustavo Trindade (CONJUR/MMA)
198 indicou que as Câmaras Técnicas seriam formadas por representantes de 17 segmentos
199 integrantes do CNRH, indicados pela representação de cada um deles, os Conselheiros. Disse
200 também que a assinatura de atos de posse não seria uma característica de Conselhos, cuja
201 posse se caracterizaria pela publicação das indicações, neste caso a Portaria nº 35, de 2006.
202 Referindo-se à Moção CNRH nº 36, de 2006, manifestou seu desconhecimento do seu
203 posicionamento na Casa Civil, para onde fora encaminhada. Por tratar-se de uma solicitação,
204 ressaltou, caberia à Presidência da República implementá-la ou não, embora concordasse que
205 uma negativa careceria de justificativa formal. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) indicou que o
206 processo de alteração da composição do CNRH fora desencadeado pelo próprio Poder
207 Executivo. Reforçou que cada Conselheiro deveria ter sido chamado a manifestar-se sobre a
208 participação do seu segmento nas Câmaras Técnicas. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria)
209 opinou que a investidura de um agente público se complementaria com um ato de posse,
210 caracterizado como uma aceitação. Citou também o Regimento Interno, que incumbiria à
211 Presidente do CNRH “designar e dar posse aos membros do Conselho”. Concluiu apontando a
212 Publicação da Portaria nº 35, de 2006, como uma afronta ao SINGREH, indicando que o
213 CNRH estaria carente de legitimidade. O Sr. Gustavo Trindade (CONJUR/MMA) destacou
214 que a composição do CNRH seria definida pelo Decreto nº 4.613, de 2003, cabendo aos
215 segmentos a indicação de seus representantes para a publicação da respectiva Portaria. Sob
216 esse raciocínio apresentado, disse, se apenas uma das entidades se negasse a indicar seu
217 representante, a composição do CNRH estaria em desacordo com o previsto no Decreto, o que
218 não seria procedente. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) disse que a composição do CNRH não
219 estaria legitimada na prática e que, portanto, o segmento da indústria se sentiria
220 desconfortável em participar deste momento. O Sr. Gustavo Trindade (CONJUR/MMA) disse

que o momento atual deveria visar uma pressão política para a publicação do Decreto de alteração da composição, não em atividades desintegradoras. Destacou que a publicação da Portaria nº 35, de 2006, se constituía em um ato de respeito às indicações referendadas pelos segmentos usuários e da sociedade civil. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) reforçou sua proposta de suspensão desta reunião e retomada em seqüência à análise de uma manifestação formal do MMA. O Sr. Byron Costa (Min. Justiça) destacou a inexistência de vedação ou impedimento para esta reunião da CTIL, tampouco das plenárias do CNRH. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) lembrou que, conforme o art. 34 da Lei nº 9.433, de 1997, o CNRH seria composto por quatro segmentos, sendo que seus objetivos se concretizariam sob esta representação, o que não estaria ocorrendo. Reforçou então seu pedido de manifestação formal do MMA de respaldo ao funcionamento do CNRH no momento atual, assim como justificando a realização desta reunião de Câmara Técnica. A Sra. Ninon Machado (ONGs), considerando o momento atual, solicitou registro da seguinte citação, retirada do livro A Mosca Azul – Reflexão sobre o Poder, Frei Betto, Editora Rocco, 2006, pág. 177: "*O Estado moderno padece de estrutural esquizofrenia. Ninguém sabe precisar com exatidão a linha de fronteira entre governo e Estado, embora a diferença entre um e outro conste em qualquer manual de política. Na prática, o governo coloca-se acima do Estado, pelo simples fato de encarná-lo e representá-lo. E todo governo empenha-se em cooptar o Estado, reduzir ao máximo a distância entre ambos e, se possível, inverter a polaridade: fazer com que o Estado se encaixe dentro do governo*". O Sr. Gustavo Trindade (CONJUR/MMA) disse que os CERHs teriam adotado um posicionamento visando uma legítima manifestação política de pressão para a publicação do Decreto de alteração da composição do CNRH, mas que teria também pretendido retirar a legitimidade das deliberações do CNRH. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) evidenciou o impasse criado pelos debates, considerado-se os entendimentos legais apresentados, destacando que estes estariam devidamente registrados nesta ata. Indicou o posicionamento adotado no âmbito do MMA de que legalmente o CNRH poderia prosseguir em suas atividades. Finalizou sugerindo que se prosseguisse com a análise dos itens previstos em pauta. O Sr. Ademar Veiga (ANA) disse que, no âmbito da ANA, havia um entendimento pela necessidade do debate dos temas em pauta desta reunião, em especial os referentes ao CEIVAP, uma vez que se encontrariam paralisados os repasses de recursos através do contrato de gestão vigente entre a ANA e a AGEVAP. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) objetou que um ato operacional não deveria se sobrepor a questões legais, como proposto. Como solução, propôs que os temas apontados fossem encaminhados diretamente para deliberação do Plenário do CNRH, sob requerimento de urgência. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) disse que nesta reunião questões jurídicas estariam sendo debatidas com base em aspectos sobre legitimidade, os quais justamente careciam de definição, inclusive a comentada legitimidade desta própria reunião. O Sr. Ademar Veiga (ANA) opinou que, embora os conselheiros não exercessem um cargo público, em muitos aspectos seriam equiparados a funcionários públicos, daí a necessidade de um ato de posse. Disse que a ausência de representação dos CERHs poderia tornar inválidas as decisões tomadas no âmbito do CNRH e suas CTs. Expôs seu entendimento que deveriam ser envidados esforços pelo MMA e a SRH/MMA para a resolução do impasse criado, o qual, se não equacionado, poderia atuar invalidando a reunião plenária agendada para 2 de junho próximo. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) disse que, com a legitimidade a ele conferida pelo CERH-SE, agradecia a participação das representantes da indústria nesta reunião pelo apoio prestado à decisão tomada no âmbito dos CERHs. Lembrou que a proposta de alteração da composição do CNRH teria partido da própria SRH/MMA, por ocasião da 83ª reunião desta CTIL, quando o Sr. Secretário Executivo teria inclusive declarado seu respaldo para tanto. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou registro que fatos novos poderiam ter ocorrido após tal manifestação. A Sra. Ninon Machado (ONGs) aproveitou a oportunidade para declarar o apoio do FBOMS à atitude tomada pelos CERHs, porém considerando sua posição já expressa anteriormente quanto à obrigação da Presidência da República em atender à Moção do CNRH. Às 12h35, finalizando o período da manhã desta reunião, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs que a pauta fosse retomada à tarde. Considerou que

todas as posições estariam devidamente registradas na ata desta reunião. O retorno ocorreu às 14h50, quando o Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) ratificou a proposta apresentada anteriormente de adiamento desta reunião no aguardo de manifestação formal do MMA sobre as questões levantadas. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou que a intenção para este período da tarde seria a retomada da pauta desta reunião. Com a palavra, a Sra. Cristina Yuan (Indústria) ratificou dois pontos colocados: se os conselheiros indicados na Portaria nº 35, de 2006, seriam considerados empossados; se haveria legitimidade nas representações para as Câmaras Técnicas. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou que houvera concordância pela inexistência de impedimentos legais para a realização desta 84ª reunião da CTIL, exceção pela manifestação da Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria). A Sra. Maria Zita Timbó (Comitês) sugeriu que esta reunião da CTIL fosse realizada somente após a 15ª Ordinária do CNRH, de forma que estivesse dirimida a dúvida sobre qual composição do CNRH estaria vigente. O Sr. Wilde Gontijo (ANA) propôs que fossem analisados os temas constantes de pauta, em especial os relativos ao CEIVAP, os quais, uma vez encaminhados ao Plenário, se encontrariam previamente analisados e respaldados por esta CTIL. A Sra. Ninon Machado (ONGs) evidenciou a existência de pontos de vista divergentes nesta reunião, mas propôs a construção de uma solução de compromisso pelo funcionamento do SINGREH, em que pese seu entendimento pela impossibilidade de funcionamento do CNRH sem a participação dos CERHs. Considerando a legitimidade da solicitação de publicação do Decreto de alteração da composição do CNRH, sugeriu que fosse encaminhado um questionamento ao próprio Governo, na forma de uma mensagem. Concluiu destacando a importância do cumprimento da pauta desta reunião, pelo interesse do próprio SINGREH. Em complementação, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) sugeriu que as respostas aos questionamentos registrados fossem apresentadas na 15ª Reunião Ordinária do CNRH, quando caberia, caso julgado necessária, uma análise pelo Plenário do CNRH. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) expôs seu entendimento de que não haveria impedimentos para a discussão, pelo grupo presente, dos temas de pauta apresentados, não se tratando, entretanto, de uma reunião de Câmara Técnica. Disse que sentia a carência de esforços, ou de informação sobre esforços, tomados no âmbito da SRH/MMA para a publicação do Decreto de alteração do CNRH. Pelo fato, solicitou a formalização, por parte da CONJUR/MMA, de resposta aos questionamentos apresentados. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que o encaminhamento à CONJUR/MMA seria providenciado pela Secretaria Executiva, com base nos registros da ata desta reunião, com solicitação de resposta na 15ª Ordinária. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) sugeriu que uma consulta sobre a validade desta reunião da CTIL e suas decisões fosse levada para deliberação do Plenário do CNRH. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria), considerando seu entendimento de que esta reunião não se constituía uma reunião da CTIL, disse, e assim o fez, que retiraria seu nome como representante do segmento da indústria na lista de presença, alterando para convidada, e que prosseguiria desta forma participando desta reunião. Com isso, findos os debates iniciais desta reunião e contando com a concordância de todos, passou-se ao **item 2 de pauta: aprovação da ata da 83ª reunião da CTIL**, o que ocorreu com as modificações solicitadas pelo Sr. Jessé Costa (CERH-SE) e pela Sra. Anna Virgínia Machado (Org. técnicas e de ensino e pesquisa). O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) passou então ao **item 3 de pauta: análise da Deliberação CEIVAP nº 58, de 2006, que “dispõe sobre a prorrogação da delegação à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP das funções inerentes à Agência de Água do CEIVAP”**. Com a palavra, a Sra. Maria Aparecida Vargas, Secretária Executiva do CEIVAP, informou que o contrato de gestão entre a ANA e a AGEVAP fora aditado até 31 de dezembro próximo, carecendo-se, entretanto, da prorrogação da competência à AGEVAP como entidade delegatária de funções de Agência de Água do CEIVAP, matéria afeta a este Conselho. Em prosseguimento, o Sr. Wilde Gontijo (ANA) fez apresentação (**Anexo V**) sobre as ações da AGEVAP, suas atividades, condições atuais de operação, destacando as dificuldades encontradas. Falou ainda sobre o acompanhamento do contrato de gestão firmado entre a ANA e a AGEVAP (**Anexo VI**). Ao final, apresentou uma proposta da ANA de resolução do CNRH (**Anexo VII**) para a prorrogação de competência

solicitada, como uma opção à apresentada para esta reunião (**Anexo VIII**). Abertos os debates, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) referiu-se ao prazo indeterminado para a delegação de competência apresentado na proposta da ANA, classificando como salutar que isto não ocorresse, inclusive para a própria ANA, o que permitiria avaliações periódicas e possíveis correções de rumo no próprio contrato de gestão. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) argumentou que o Relatório de Gestão seria a forma prevista de acompanhamento das ações da AGEVAP e que, portanto, poderia ser mantida a proposta de determinação da competência até a criação da Agência de Água do CEIVAP. Em concordância, a Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) lembrou que o contrato de gestão teria duração anual, sendo entendido como uma forma de avaliação das ações da AGEVAP. Observou ainda que, não obstante o prazo da delegação de competência, ela estaria sempre passível de rompimento. Observou ainda que o prazo da delegação de competência, por ser indeterminado, estaria sempre passível de ser denunciado pelas Partes a qualquer tempo. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) questionou se haveria a intenção de criação da Agência de Água da bacia e ainda, como seria avaliada a eficácia do contrato de gestão firmado. O Sr. Wilde Gontijo (ANA) observou que tal avaliação dependeria de lei específica, indicando que possivelmente surgiriam dificuldades para o monitoramento, por exemplo, do atingimento de metas de qualidade da água em trechos de um rio. Destacou que a entidade delegatária deveria contar com a tranquilidade e a garantia proporcionadas pelo prazo indeterminado para o exercício de suas funções. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) questionou se o setor elétrico estaria efetuando o pagamento pelo uso da água na bacia e ainda, se algumas empresas permaneceriam depositando os valores em juízo. O Sr. Wilde Gontijo (ANA) informou que as PCHs prosseguiriam participando do processo, pagando diretamente através de boleto, e ainda, que algumas das empresas na bacia permaneceriam efetuando o pagamento em juízo. Após as respostas, o Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) expôs sua concordância que o prazo para aplicação dos recursos, condicionado à delegação de competências, se constituía em uma questão negativa crucial. A Sra. Ninon Machado (ONGs) disse que os recursos provenientes da cobrança na bacia do CEIVAP teriam sido destinados, em 2006, para obras de infraestrutura nos municípios, em detrimento de ações de gestão, salientando que eles deveriam estar articulados com o Ministério das Cidades. Disse ainda que os recursos da cobrança pelo uso da água poderiam servir para auxiliar em contrapartidas, e não utilizados integralmente para o pagamento de todas as obras, mas aplicados a fundo perdido, visando resguardar os municípios uma vez que a política de saneamento precisaria ser aplicada e exigiria tais recursos dos municípios. Propôs que, para tal definição, o Comitê deveria se articular com o Ministério das Cidades, considerando as competências deste relativas aos Planos Diretores Municipais. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) concordou com a proposição da Sra. Ninon Machado (ONGs). Opinou ainda que a questão dos indicadores de eficácia e eficiência dos contratos de gestão merecia uma maior atenção. A Sra. Anna Virgínia Machado (Org. técnicas e de ensino e pesquisa) indicou a avaliação da eficiência dos contratos de gestão com foco nos resultados como uma forma de dirimir os problemas trazidos pelo comprometimento das ações na área de tecnologia. Após debates, definiu-se, com a concordância de todos, pela proposição do prazo de 10 anos para a prorrogação da delegação de competência à AGEVAP, ficando a proposta final de Resolução conforme **Anexo IX**, sendo solicitado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH, com o parecer favorável desta CTIL. Antes de prosseguir com a pauta da reunião, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs, considerando o tempo exíguo para a análise de todos os itens, que fosse ainda analisado o item 4, ficando os demais (5,6 e 7), para serem tratados em nova reunião da CTIL, na data de 1º de junho. Houve a concordância de todos. Pela decisão tomada, a Sra. Ninon Machado (ONGs) propôs que fossem reabertos os prazos para as manifestações de interesse de participação nas Câmaras Técnicas, assunto do item 5 de pauta. Após a aceitação de todos, foi solicitado à Secretaria Executiva que tomasse tal providência. Passou-se então ao **item 4 de pauta: análise da Deliberação CEIVAP nº 56, de 2006, que “dispõe sobre a manutenção dos mecanismos atuais de cobrança pelo uso das**

águas na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a vigorar de 01 de abril de 2006 até 31 de dezembro de 2006". O Sr. Wilde Gontijo (ANA) fez a apresentação do tema e falou sobre proposta de Resolução encaminhada pela ANA (**Anexo X**), como uma opção à já apresentada (**Anexo XI**). Abertos os comentários, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que a indicação do prazo de manutenção dos mecanismos e valores seria importante para o processo de cobrança no CEIVAP, o que não ocorria na proposta apresentada pela ANA. Em defesa, o Sr. Wilde Gontijo (ANA) expôs o entendimento que os prazos e as revisões definidas seriam atribuições do CEIVAP, não sendo, portanto, previstos na resolução do CNRH. Em contraponto, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou que o CEIVAP teria estabelecido tais prazos em sua Deliberação e providenciara seu encaminhamento dessa forma para a aprovação no âmbito do CNRH. Expôs ainda seu entendimento que, na forma apresentada pela ANA, a proposta de resolução do CNRH deveria ser analisada no âmbito da CTCOB. Portanto, concluiu sugerindo que a proposta de Resolução fosse encaminhada ao Plenário com o prazo definido pelo CEIVAP, ou seja, 31 de dezembro de 2006. O Sr. Wilde Gontijo (ANA) destacou a importância de que fossem viabilizadas formas que permitissem perspectivas de médio e longo prazo para os trabalhos das entidades delegatárias. Após debates, considerando a forma encaminhada pelo CEIVAP, ficou mantido o prazo apresentado. A proposta de Resolução ficou então conforme **Anexo XII**, sendo solicitado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH, com o parecer favorável desta CTIL. Já em *Assuntos gerais*, a Sra. Ninon Machado (ONGs) informou da publicação de Portaria do Ministério da Saúde que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde, incluindo a crenologia como prática de saúde (Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006) (**Anexo XIII**). Nesse momento, às 17h20, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) agradeceu a presença e o empenho de todos e encerrou os trabalhos desta 84ª reunião da CTIL.

RESUMO DA REUNIÃO:

- Item 2: foi aprovada a ata da 83ª reunião da CTIL, com modificações;
 - Item 3: a análise da Deliberação CEIVAP nº 58, de 2006, resultou na elaboração de uma proposta de Resolução do CNRH, sendo solicitado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário;
 - Item 4: a análise da Deliberação CEIVAP nº 56, de 2006, resultou na elaboração de uma proposta de Resolução do CNRH, sendo solicitado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário;
 - Itens 5, 6 e 7: foram transferidos para debate na próxima reunião da CTIL.
- Ata aprovada na 85ª reunião da CTIL, realizada em 21 de junho de 2006.

Julio Thadeu Silva Kettelhut
Presidente da CTIL

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo
Relator